



Conteúdo	PDFs	Lei Seca	Videoaulas	Questões	Revisão			
					24 h	7 dias	30 dias	90 dias
PROVA DISCURSIVA (MATERIAL - CLIQUE AQUI)								
CONHECIMENTOS GERAIS (30 QUESTÕES)								
LÍNGUA PORTUGUESA (20 QUESTÕES)								
Elementos de construção do texto e seu sentido: gêne interpretação e organização interna.								
Semântica: sentido e emprego dos vocábulos campos semânticos emprego de tempos e modos dos verbos em português								
Morfologia: reconhecimento, emprego e sentido das classes gramaticais processos de formação de palavras mecanismos de flexão dos nomes e verbos								
Sintaxe: frase, oração e período; termos da oração processos de coordenação e subordinação concordância nominal e verbal transitividade e regência de nomes e verbos padrões gerais de colocação pronominal no português mecanismos de coesão textual								
Ortografia. Acentuação gráfica								
Emprego do sinal indicativo de crase								
Pontuação								
Reescrita de frases: subs variação linguística norma culta								
Observação: os itens deste programa serão considerados sob o ponto de vista textual, ou seja, deverão ser estudados sob o foco de sua participação na estruturação significativa dos textos.								
CONTROLE EXTERNO (10 QUESTÕES)								
Sistemas de controle externo.								
Controle externo no Brasil.								
Regras constitucionais sobre o controle externo								



Conteúdo	PDFs	Lei Seca	Videoaulas	Questões	Revisão			
					24 h	7 dias	30 dias	90 dias
Funções de controle externo exercidas isoladamente e/ou em conjunto entre o Congresso Nacional e o TCU e Assembleias Legislativas e Câmara Municipais e os Tribunais de Contas dos Estados.								
Tribunais de Contas: funções, natureza jurídica e eficácia das decisões								
Tribunal de Contas do Estado do Amazonas: natureza, competência e jurisdição.								
Organização.								
Julgamento e fiscalização.								
Constituição do Estado do Amazonas.								
Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas (Lei nº 2.423/1996, com as alterações posteriores)								
Regimento Interno do TCE/AM (Resolução TCE nº 04/2002, com as alterações posteriores)								
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (50 QUESTÕES)								
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA (10 QUESTÕES)								
Orçamento: conceitos, tipos e modelos orçamentários								
princípios orçamentários;								
classificações orçamentárias: conceitos, estágios e classificações da despesa e da receita públicas								
ciclo orçamentário: sistema e processo orçamentário								
elaboração da proposta orçamentária								
instrumentos de planejamento orçamentário (Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual)								
mecanismos retificadores do orçamento (créditos adicionais)								
execução orçamentária e financeira								
controle e avaliação da execução orçamentária								
Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP)								
Parte I – Procedimentos contábeis orçamentários, 8ª edição, aprovado pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 06/2018								
Dívida ativa								
Regime de adiantamento (Suprimento de fundos)								
Restos a pagar								
Despesas de exercícios anteriores								
Dívida pública								
Descentralização de créditos								
Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), com as alterações posteriores								
Lei Federal nº 4.320/1964								



Conteúdo	PDFs	Lei Seca	Videoaulas	Questões	Revisão			
					24 h	7 dias	30 dias	90 dias
Lei Federal nº 8.666/1993								
Lei Federal nº 14.133/2021.								
CONTABILIDADE GERAL (5 QUESTÕES)								
Patrimônio:								
componentes patrimoniais:								
ativo, passivo e patrimônio líquido.								
Fatos contábeis e variações patrimoniais.								
Contas patrimoniais e de resultado								
Regime de competência e regime de caixa								
Critérios de controle de estoques (PEPS, UEPS e custo médio ponderado)								
Legislação societária:								
Lei nº 6.404/1976, com as alterações das Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, e legislação complementar								
Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)								
Pronunciamentos emitidos pelo CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) (até 30/10/2020).								
Estrutura conceitual para elaboração das demonstrações contábeis								
Demonstrações contábeis obrigatórias, de acordo com o CPC 26 (R1):								
estrutura, características, elaboração, apresentação e conteúdo dos grupos e subgrupos								
notas explicativas às demonstrações contábeis								
Apresentação do balanço patrimonial.								
Demonstração do resultado.								
Demonstração dos fluxos de caixa (método direto e indireto).								
Demonstração do valor adicionado.								
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.								
Critérios de avaliação dos ativos e passivos.								
Ativos e passivos contingentes.								
Práticas contábeis, mudança nas estimativas e correção de erros.								
Eventos subsequentes.								
Ajuste a valor presente de direitos e obrigações.								
Redução ao valor recuperável de ativos.								
Ativo imobilizado e critérios de depreciação.								
Ativo intangível.								
Subvenções para investimento e assistência governamental.								
Análise das demonstrações contábeis:								
análise vertical, índices de liquidez, quocientes de estrutura, rentabilidade, lucratividade, prazos e ciclos.								
CONTABILIDADE APlicada AO SETOR PÚBLICO (5 QUESTÕES)								



Conteúdo	PDFs	Lei Seca	Videoaulas	Questões	Revisão			
					24 h	7 dias	30 dias	90 dias
Normas Brasileiras de Contabilidade do Setor Público aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade:								
Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público								
Receita de Transação sem Contraprestação								
Receita de Transação com Contraprestação								
Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes								
Estoques;								
Contratos de Concessão de Serviços Públicos:								
Concedente								
Propriedade para Investimento								
Ativo Imobilizado								
Ativo Intangível								
Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Gerador de Caixa								
Redução ao Valor Recuperável de Ativo Gerador de Caixa								
Apresentação das Demonstrações Contábeis								
Demonstração dos Fluxos de Caixa								
Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis								
Combinações No Setor Público								
Divulgação sobre Partes Relacionadas								
Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro								
Evento Subsequente								
Sistema de Informação de Custos do Setor Público								
Demonstrativos fiscais:								
Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) e Relatório de Gestão Fiscal (RGF)								
Prestação de contas nas entidades públicas;								
Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), com as alterações posteriores;								
Lei Federal nº 4.320/1964;								
Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), 11ª edição, aprovado pela Portaria STN nº 375, de 08 de julho de 2020								
Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 8ª edição, aprovado pela Portaria STN nº 877, de 18 de dezembro de 2018								
AUDITORIA E CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (8 QUESTÕES)								
Auditoria:								
normas brasileiras e internacionais para o exercício da auditoria interna:								
independência, competência profissional, âmbito do trabalho, execução do trabalho, tipos de pareceres e administração do órgão de auditoria interna								
Controle da Administração Pública:								
controle interno e controle externo;								



Conteúdo	PDFs	Lei Seca	Videoaulas	Questões	Revisão			
					24 h	7 dias	30 dias	90 dias
Lei Guidelines for Internal Control Standards for the Public Sector – The International Organization of Supreme Audit Institutions (INTOSAI)								
Internal Control – Integrated Framework – The Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO)								
Auditoria no setor público: finalidades e objetivos; abrangência de atuação								
formas e tipos; normas relativas à execução dos trabalhos de auditoria governamental;								
normas relativas à opinião do auditor								
relatórios e pareceres de auditoria								
operacionalidade								
Objetivos, técnicas, procedimentos e planejamento dos trabalhos de auditoria								
programas de auditoria								
papéis de trabalho								
testes de auditoria								
amostragens estatísticas em auditoria								
eventos ou transações subsequentes								
revisão analítica								
entrevista								
conferência de cálculo								
confirmação								
interpretação das informações								
observação								
procedimentos de auditoria em áreas específicas das demonstrações contábeis								
DIREITO CONSTITUCIONAL (10 QUESTÕES)								
Constituição: conceito, origens, conteúdo, estrutura e classificação								
Supremacia da Constituição.								
Poder Constituinte.								
Interpretação Constitucional e Aplicabilidade das Normas Constitucionais.								
Princípios Constitucionais.								
Direitos e Deveres Individuais Difusos e Coletivos								
Direitos Sociais								
Controle de Constitucionalidade								
Emenda, Reforma e Revisão Constitucional								
Ação Direta de Inconstitucionalidade e Ação Declaratória de Constitucionalidade (Lei nº 9.868/1999)								
Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (Lei nº 9.882/1999)								
Súmula vinculante (Lei nº 11.417/2006)								



Conteúdo	PDFs	Lei Seca	Videoaulas	Questões	Revisão			
					24 h	7 dias	30 dias	90 dias
Organização do Estado Brasileiro: divisão espacial do poder; Estado Federal; União; Estados Distrito Federal; Municípios intervenção federal; intervenção do Estado nos Municípios, repartição de competências								
Poder Legislativo: Organização, Atribuições, Garantias e Processo Legislativo Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária								
Poder Executivo: Presidente, Vice-Presidente da República e Ministros de Estado Governador, Vice-Governador e Secretários de Estado Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais Atribuições e Responsabilidades Poder Regulamentar e Medidas Provisórias								
Poder Judiciário: Disposições Gerais; Organização; Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e Tribunais de Justiça Estaduais; Garantias da Magistratura								
Funções essenciais à Justiça.								
Ministério Público: Natureza, Atribuições, Princípios Institucionais, Garantias e Vedações de seus Membros								
Da Administração Pública: Disposições Gerais e Servidores Públicos								
Sistema Tributário Nacional								
Finanças Públicas.								
Ordem Econômica e Financeira.								
Princípios constitucionais da segurança social.								
Constituição do Estado do Amazonas.								
DIREITO ADMINISTRATIVO E TRANSPARÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (12 QUESTÕES)								
Princípios básicos da Administração.								
Ato administrativo.								
Poderes Administrativos.								
Organização administrativa.								



Conteúdo	PDFs	Lei Seca	Videoaulas	Questões	Revisão			
					24 h	7 dias	30 dias	90 dias
Serviços públicos.								
Licitação.								
Lei Federal nº 8.666/1993.								
Lei Federal nº 14.133/2021.								
Lei Federal nº 10.520/2002.								
Lei nº 12.462/2011.								
Decreto nº 7.581/2011.								
Lei nº 11.079/2004.								
Contratos administrativos.								
Lei nº 8.987/1995.								
Lei nº 9.074/1995.								
Lei nº 9.637/1998.								
Lei nº 9.790/1999.								
Agentes públicos, Lei Estadual nº 1.762/1986, com as alterações posteriores.								
Lei Federal nº 9.717/1998 (Regimes Próprios de Previdência dos Servidores Públicos da União, Estados, Municípios e Distrito Federal)								
Lei Complementar Estadual nº 30/2001.								
Processo administrativo.								
Lei Federal nº 9.784/1999 (Lei do Processo Administrativo Federal)								
Lei Estadual nº 2.794/2003 (Lei do Processo Administrativo Estadual).								
Responsabilidade Civil do Estado.								
Lei de acesso à informação (Lei Federal nº 12.527/2011)								
Controle da Administração Pública.								
Improbidade Administrativa.								
Lei Complementar nº 101/2000 (Lei da Responsabilidade Fiscal)								
Controle dos Tribunais de Contas.								
Lei Complementar Estadual nº 06/1991, com as alterações posteriores.								
Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas (Lei nº 2.423/1996, com as alterações posteriores)								
Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas e do Ministério Público junto ao TCE/AM (Resolução nº 04/2002, com as alterações posteriores)								
Lei nº 13.460/2017.								
Lei nº 13.303/2016.								
Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD).								
Transparéncia na Administração Pública.								
Boas práticas de transparéncia no setor público.								
Lei Complementar nº 131/2009 e portarias regulamentadoras.								
Lei nº 12.527/2011 e portarias regulamentadoras.								



MATERIAIS PARA O
CONCURSO
CLIQUE AQUI

Concurso:



<http://www.voceconcursado.com.br>

Conteúdo	PDFs	Lei Seca	Videoaulas	Questões	Revisão
					24 h 7 dias 30 dias 90 dias

